

Tipo de edificação	Produção diária média
Hospitalares:	
Hospitais e similares	18,0 litro/cama, equiparado a RSU.
Postos médicos, consultórios e polí-clínicas.	1,0 litro/ m ² área útil, equiparado a RSU.
Clínicas veterinárias.	1,0 litro/ m ² área útil, equiparado a RSU.
Educacionais:	
Creches e Infantários	2,5 litro/ m ² de área útil.
Escolas de Ensino Básico.	0,3 litro/ m ² de área útil.
Escolas de Ensino Básico.	2,5 litro/ m ² de área útil.
Estabelecimento de Ensino Superior.	4,0 litro/ m ² de área útil.

310783688

MUNICÍPIO DO PORTO

Aviso n.º 12570/2017

Procedimentos concursais comuns para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira de Técnico Superior.

Alteração da composição de Júris

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 e 3 do artigo 20.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, torna-se público que, por despacho da Sr.ª Diretora Municipal de Recursos Humanos, Dr.ª Maria Emília Preto Galego, de 29.09.2017, com competência delegada datada de 06-09-2017, foi alterada a composição de Júris dos seguintes procedimentos concursais publicados através do Aviso de abertura n.º 8638/2017, publicado no *Diário da República* n.º 148, 2.ª série, de 02.08.2017:

1 — Ref. 34) Um posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior, para o Departamento Municipal de Educação, área funcional Assessoria e Gestão, passa a ser a seguinte:

Presidente: Maria Emília Preto Galego, Diretora Municipal

Vogais efetivos: Ana Maria Magalhães, Diretora de Departamento que substitui a Presidente nas suas faltas e impedimentos e Ibraim Silva Torres, Técnico Superior.

Vogais Suplentes: Sónia Maria Pimenta Cerqueira, Diretora de Departamento e Ana Rita Loureiro Ramos e Gomes da Fonseca, Chefe de Divisão.

2 — Ref. 35) Um posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior, para o Departamento Municipal de Educação, área funcional Infraestruturas Escolares, passa a ser a seguinte:

Presidente: Maria Emília Preto Galego, Diretora Municipal

Vogais efetivos: Ana Maria Magalhães, Diretora de Departamento que substitui a Presidente nas suas faltas e impedimentos e Aníbal António Caldas Lousa, Técnico Superior.

Vogais Suplentes: Sónia Maria Pimenta Cerqueira, Diretora de Departamento e Ana Rita Loureiro Ramos e Gomes da Fonseca, Chefe de Divisão.

12 de outubro de 2017. — A Diretora de Departamento Municipal de Recursos Humanos, *Sónia Cerqueira*.

310844129

Declaração de Retificação n.º 716/2017

Nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo na sua atual redação, retificam-se os seguintes pontos do Aviso n.º 8638/2017, publicado no *Diário da República*, n.º 148, 2.ª série, de 02.08.2017, respeitantes à Ref.ª 35):

Assim, onde se lê:

«14.7.1 — Legislação geral comum:

[...] Ref.ª 35): Constituição da República Portuguesa; Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro — Código do Procedimento Admi-

nistrativo; Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — modernização administrativa; Lei n.º 35/2014, de 20 de junho — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual — Código do Trabalho; Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro — Regime Jurídico das Autarquias Locais; Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro — Orçamento de Estado para 2017.»

deve ler-se:

«14.7.1 — Legislação geral comum:

[...] Ref.ª 35): Constituição da República Portuguesa; Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro — Código do Procedimento Administrativo; Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — modernização administrativa; Lei n.º 35/2014, de 20 de junho — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual — Código do Trabalho; Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro — Regime Jurídico das Autarquias Locais; Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro — Orçamento do Estado para 2017.»

Assim, onde se lê:

«14.7.2 — Legislação/Bibliografia específica:

[...] Ref.ª 35): Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, com as alterações do Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho — condições de aplicação das medidas de ação social escolar. Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março — Regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar. Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto — constituição de parcerias para a concretização das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto — oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC). Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio — competências, composição e funcionamento dos conselhos municipais de educação. Lei n.º 41/2016, de 28 de dezembro — Grandes Opções do Plano para 2017. Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho — Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro — Lei quadro da educação pré-escolar. Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho — Quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, na sua atual redação. Portaria n.º 375/2015, de 20 de outubro — Regime de ajuda para a distribuição às crianças de frutas e legumes, de frutas e legumes transformados e produtos derivados de bananas. Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de outubro, e Regulamento (CE) n.º 288/2009, da Comissão, de 7 de abril, alterado pelos Regulamentos (UE) n.º 34/2011, de 18 de janeiro, n.º 1208/2011, de 22 de novembro, n.º 30/2013, de 17 de janeiro, n.º 1216/2013, de 28 de novembro, n.º 221/2014, de 7 de março, e n.º 500/2014, de 11 de março, — regime de ajuda para a distribuição às crianças de frutas e legumes, de frutas e legumes transformados e produtos derivados de bananas. Lei n.º 46/86, de 14 de outubro — Lei de Bases do Sistema Educativo, alterada pela Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto, na sua atual redação. Decreto-Lei n.º 3/2008, 07 de janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio — Apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo.

Bibliografia/publicações: ESCOLA PARA TODOS — Igualdade, Diversidade e Autonomia — Universidade Católica Editora. Porto-Coleção. e-book -Organização: Joaquim Machado | José Matias Alves -Tema: Educação -Coleção: Digital -Ano: 2014; MUNICÍPIO, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO? A administração local da educação e da formação — Universidade Católica Editora. Porto -Coleção. e-book -Coordenação: José Reis Lagarto | Hermínia Marques -Tema: Educação — Coleção: Digital — Ano: 2014K; MELHORAR A ESCOLA — Sucesso Escolar, Disciplina, Motivação, Direção de Escolas e Políticas Educativas — Universidade Católica Editora. Porto — Coleção. e-book — Organização: Joaquim Machado | José Matias Alves — Tema: Educação

Coleção: Digital — Ano: 2014; PROFESSORES, ESCOLA E MUNICÍPIO — Formar, Conhecer e Desenvolver do ensinar e do aprender — Universidade Católica Editora. Porto — Coleção. e-book — Coordenadores: Joaquim Machado e José Matias Alves — Tema: Educação — Coleção: Digital — Ano: 2015»